

Dez parcelas. É o pedido de engenheiros, corretores, advogados...

O prefeito deve receber hoje um documento assinado por diversas entidades de classe e de moradores — todas contra as três parcelas.

O deputado estadual Adilson Monteiro Alves, do PMDB, espera entregar hoje ao prefeito Jânio Quadros um documento, assinado por várias entidades da sociedade civil, pedindo o parcelamento do IPTU em dez vezes. O documento é resultado da reunião realizada ontem na Assembléia Legislativa para se debater as formas de mobilização dos contribuintes contra o pagamento do imposto nas condições exigidas pelo prefeito.

O encontro de ontem teve representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Arquitetos, Associação dos Locadores, Secretaria de Defesa do Consumidor, Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo, políticos e líderes de associações de moradores.

José Roberto Bernasconi, do Instituto de Engenharia, considera que o maior problema a ser enfrentado pela população no caso do IPTU é a injustiça fiscal. Para ele, somente uma revisão na planta de valores dos imóveis do município poderia corrigir as distorções cometidas pela Prefeitura. "É necessário que haja justiça fiscal por parte do Executivo. E que realmente paguem mais aqueles que podem", disse José Roberto, que afirmou serem necessários pelo menos cinco anos para que as distorções na cobrança do IPTU sejam corrigidas.

O tributarista Eduardo Jardim, outro participante do debate, disse que a melhor maneira de se obrigar a Prefeitura a negociar com os contribuintes é o não-pagamento do imposto. Segundo ele, os contribuintes

devem recorrer à Justiça contra a ilegalidade cometida pelo prefeito ao alterar a forma de recolhimento do IPTU através de decreto. "Com um risco mínimo, os contribuintes forçarão o prefeito a negociar, já que ele só poderá receber judicialmente num prazo de três anos", explicou o tributarista.

Assinaturas

Durante a reunião, o vereador Edson Simões (PMDB) também conclamou os contribuintes a não pagar o IPTU e a buscar uma solução através da Justiça. "Não podemos sacrificar a população para financiar as obras faraônicas do senhor Jânio Quadros, como o túnel sob o Ibirapuera, já batizado de 'transamazônica paulistana', pois liga nada a coisa alguma", disse o vereador.

Edson Simões aproveitou a presença do deputado federal do PDS Salim Curiati e pediu o seu empenho na coleta de assinaturas para a convocação da sessão extraordinária na Câmara Municipal — quando os vereadores do PMDB pretendem derrubar o veto do prefeito interino Antonio Sampaio ao substitutivo que estabelecia o pagamento do IPTU em dez parcelas. Segundo Edson, 19 vereadores já assinaram a convocação. Se três dos quatro vereadores do PDS assinarem, será atingido o número suficiente para convocar a sessão. O deputado Salim Curiati, que se diz favorável à mobilização contra o IPTU, se comprometeu a conversar com seus vereadores, mas não deu muita esperança. "Eu não conheço bem a posição da bancada do meu partido a respeito. Vou



Assembléia: contra a injustiça fiscal.

pedir para que assinem a convocação, mas não garanto se serei atendido", disse o deputado, que também assinou o documento que será encaminhado ao prefeito Jânio Quadros.

Correção monetária

O único participante do debate que não assinou o documento foi Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo. Apesar de ter sido convidado a participar da reunião contra o pagamento do IPTU em três parcelas, Roberto Macedo expôs opinião divergente da dos demais participantes. "Acredito que a única solução possível para o problema seria o aumento do número de parcelas com correção monetária", disse o economista. Para ele, se o IPTU for pago em dez vezes sem correção,

a arrecadação de recursos do município será prejudicada. "Isso só seria possível se a prefeitura tivesse feito uma previsão brutal da inflação para este ano. Como o orçamento já está pronto, somente a correção monetária viabilizaria o aumento do número de parcelas", explicou Roberto Macedo.

Desterro urbano

Para a presidente do Movimento Permanente dos Inquilinos Intranquilos, Maria Eliza Jardim Barbosa, o pagamento dos novos valores do IPTU em apenas três parcelas, "é um crime". Sua proposta: os contribuintes devem se unir e pressionar os vereadores para que seja convocada uma sessão extraordinária que mude o pagamento do imposto e estabeleça um novo prazo de dez parcelas.

— Estamos buscando uma ampla mobilização — diz Maria Eliza — para obter pelo menos um parcelamento mais dentro de nossa realidade. Os inquilinos não estão conseguindo pagar nem seus aluguéis reajustados no início do ano; como vão pagar um imposto tão alto como esse em três parcelas?

A presidente do movimento acha que estaria havendo um "desterro urbano", com a movimentação dos moradores para lugares cada vez mais afastados do centro comercial e urbano: "A classe média está se mudando para a periferia. Quem já morava na periferia está indo para debaixo das pontes".

A proposta do Creci (Conselho Regional de Corretores de Imóveis), apresentada on-

tem na reunião na Assembléia legislativa, basicamente se refere à reavaliação da Planta Genérica de Valores, taxaço progressiva sobre os "grandes latifúndios urbanos", revisão do zoneamento e combate à especulação imobiliária — através do aumento progressivo de taxaço.

O presidente do Creci, Roberto Capuano, afirmou que não está havendo justiça social na taxaço dos imóveis: "É preciso distinguir o pequeno proprietário, que usa seu imóvel para moradia, do grande latifundiário urbano, que aproveita de todas as deficiências do mercado imobiliário para ganhar dinheiro através da especulação".

O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Aprobato Machado, sustentou na reunião que a lei de criação do IPTU faculta aos contribuintes a escolha do número de parcelas. Com essa argumentação ele já entrou na Justiça e conseguiu uma liminar para o pagamento do seu IPTU em oito parcelas — em vez de três.

— O projeto de lei que o prefeito, através da Câmara, transformou em lei, tem que ser admitido como correto — disse Machado. — Se foi de maneira obscura ou não, é outro problema. Agora a culpa de um texto tão confuso como esse ter sido aprovado é só dos vereadores. Eles que me desculpem, mas são os responsáveis por deixar a lei sair dessa forma, dando margem a tanta discussão. O problema é a forma de arrecadar, não a legalidade.

Roberto Araújo Silva
Hélio Perazzolo